
O SETOR PERDE O RITMO*

*Daisy Dias Schramm Zeni***

Os sinais de desaquecimento da atividade industrial observados nos primeiros dois meses de 1995 voltaram a ser registrados em abril, depois de uma significativa recuperação em março.

As causas que determinaram a reversão do processo de crescimento acelerado da atividade industrial apresentado no segundo semestre de 1994 — início da era pós-real — tiveram origem em duas vertentes. A primeira pode ser explicada pelo esgotamento das fontes de expansão da demanda refletido pelo número recorde de títulos protestados nos últimos meses do Plano Real.¹ Esse fato foi potencializado e, ao que tudo indica, antecipado pela segunda vertente — medidas de restrição ao crédito implementadas pelo Governo, que objetivaram conter o aquecimento verificado na demanda — incompatível com o desenvolvimento planejado para o Programa de Estabilização Econômica.²

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 20.06.95 e contou com a colaboração do estagiário Marcelo Pinto, responsável pela produção das tabelas.

** Economista do Núcleo de Estudos Industriais da FEE.

A autora agradece às colegas Anete Jalfim e Maria Lucrécia Calandro pelas valiosas sugestões à versão preliminar do texto.

¹ O número de títulos protestados por atrasos nos pagamentos de carnês e de notas promissórias, nos 12 meses do Plano Real, é o maior dos últimos 10 anos. Em maio de 1995, registrou-se o número recorde de 96.221 títulos só em São Paulo (BARELLI, 1995, p.2-3).

² Além de diversas medidas de restrição ao consumo estabelecidas pelo Governo nos primeiros meses de 1995, como a diminuição do número de meses dos consórcios, o aumento da alíquota do IPI para os carros populares, dentre outras, em 28 de abril o Conselho Monetário Nacional tomou mais as seguintes medidas para conter o consumo: (a) aumento do recolhimento do depósito compulsório dos bancos; (b) aumento do IOF sobre operações de créditos de pessoas físicas (de 6% a 18% ao ano); (c) proibição de os bancos aceitarem cheques (pré-datados ou não) como garantia para operações de crédito; (d) o uso de cheque especial passou a ter desconto diário de 0,0454% (anteriormente era de 0,0164%); (e) ficou proibida a participação em empréstimos entre empresas através dos *commercial papers* (papéis emitidos por empresas, como notas promissórias que representam um crédito) (GOVERNO..., 1995, p.2-1).

Cabe lembrar que o nível de atividade industrial apresentou dois comportamentos distintos nos 10 primeiros meses de vigência do real. Nos primeiros seis meses, houve uma forte elevação da demanda interna, originada dos ganhos resultantes da queda significativa da inflação e da disponibilidade de crédito ao consumo em condições de prazos e juros nominais mais favoráveis do que os anteriores ao Plano.

O crescimento da demanda foi prontamente atendido pelo setor industrial. A produção saltou para um patamar bem mais elevado, com maior utilização da capacidade produtiva, atingindo os níveis mais altos dos últimos 10 anos, sinalizando, em alguns setores, o próximo esgotamento da capacidade instalada.

Observe-se que a expansão da produção industrial não provocou pressão sobre os preços vigentes. Isso em razão da abertura da economia e da sobrevalorização do real. Esta última medida determinou um forte crescimento das importações, que, por sua vez, foi fato gerador de déficits elevados da balança comercial.

A segunda fase do Programa de Estabilização Econômica teve início em fevereiro de 1995 com as medidas de caráter restritivo ao consumo e outras para forçar o reequilíbrio da balança comercial. Essas medidas trouxeram como resultado a queda do ritmo acelerado da atividade industrial.

Para conter a seqüência de resultados negativos da balança comercial, o Governo tomou medidas de caráter fiscal, aumentando as alíquotas de importação de diversos produtos, entre os quais veículos automotores e eletroeletrônicos,³ bem como normas de contenção ao crédito, com o objetivo de desaquecer a procura por bens importados, em sua maioria, mais modernos e mais baratos do que os produzidos no País.

Os efeitos destas últimas medidas determinadas pela equipe econômica do Governo podem ser constatados através de indicadores da atividade

³ Em 28 de abril de 1995, o Conselho Monetário Nacional lançou algumas medidas que, juntamente com o aumento das alíquotas de importação de diversos produtos, como automóveis, eletroeletrônicos e outros, deliberado nos primeiros meses de 1995, visavam preservar as reservas cambiais. Essas medidas foram: (a) aumento em 50% do limite das posições vendidas de câmbio dos bancos; (b) permissão para o pagamento antecipado das exportações também por instituições financeiras internacionais. Até então, o pagamento antecipado das exportações só podia ser feito pelo próprio importador (GOVERNO..., 1995, p.2-1). Em 22.06.95, o Banco Central abriu caminho para a desvalorização do real, alterando os limites mínimo e máximo para as cotações da moeda norte-americana, que passaram a ser de R\$ 0,91 e R\$ 0,99. A "banda" anterior era de R\$ 0,88 e R\$ 0,93 respectivamente (FERNANDES, PATU, 1995, p.2-1).

industrial, computados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

O Indicador de Nível de Atividade (INA) medido pela FIESP e os Indicadores Industriais (II) calculados pela CNI mostram a diminuição do ritmo de crescimento do setor (Tabela 1).

Tabela 1

Indicadores de Atividade Industrial no Brasil - abr./95

a) indicadores industriais

(%)

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	ABR/95	ABR/95	JAN-ABR/95
	MAR/95	ABR/94	JAN-ABR/94
Valor total das vendas (1)	-15,33	26,23	27,25
Pessoal empregado total	0,36	2,58	1,75
Total de salários líquidos pagos, massa salarial real (2).	1,86	12,58	...

b) indicadores de nível de atividade

INDÚSTRIA PAULISTA	ABR95
	MAR95
Produção industrial	-4,1
Vendas da indústria	-10,7
Salário nominal médio	4,5
Salário real médio	1,8
Atividade industrial	-10,5
Atividade industrial sem os efeitos sazonais	-4,1

FONTE: CNI.

FIESP.

(1) Deflator:IPA/OG-FGV. (2) Deflator:INPC/Brasil-IBGE.

Analisando os dois indicadores de atividade da Tabela 1, constata-se que as vendas da indústria em abr./95 relativamente a mar./95 apresentaram redução significativa, bem maior do que a queda da produção industrial no mesmo período. Explica-se essa diferença pela defasagem que ocorre entre a contração da demanda e a decisão dos empresários de restringir a produção. Cabe destacar o pequeno aumento do total do pessoal empregado na indústria (0,36%) e da massa salarial real nesse período (1,86%).

O aumento da atividade industrial promovido pelo Programa de Estabilização Econômica, que somente em abril mostra sinais de esgotamento, está registrado pelos mesmos indicadores quando se compara os de abr./95 com os do mesmo mês de 1994, destacando-se dentre estes o valor total das vendas e o total dos salários líquidos pagos. Também no confronto do acumulado de jan.-abr./95 com o do mesmo período de 1994, os indicadores são todos positivos.

1 - O setor industrial brasileiro na segunda fase do Programa de Estabilização Econômica

A indústria brasileira, nos quatro primeiros meses de 1995, começou a sentir os ajustes impostos à economia pelos orientadores da política econômica nacional. As medidas visando monitorar o Programa de Estabilização Econômica vêm refreando o ritmo de crescimento do setor industrial.

Alguns indicadores desse comportamento cadente da indústria em abr./95 estão relacionados na Tabela 2.

A categoria bens de capital foi a que apresentou a maior queda no mês de abr./95 em cotejo com março. Essa contração foi devida à diminuição das encomendas das indústrias em razão da concorrência de máquinas importadas e da inadimplência das indústrias compradoras.

Ressalve-se, entretanto, que a produção de abr./95 comparada com a do mesmo mês de 1994, o acumulado de jan.-abr./95 em confronto com o do mesmo período do ano passado e o acumulado dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses imediatamente anteriores apresentaram taxas de crescimento não só positivas como bastante expressivas. Isso indica que essa categoria ainda tem algumas reservas para queimar e para sobreviver ao desaquecimento conjuntural da economia.

Tabela 2

Variação percentual dos indicadores conjunturais da indústria,
segundo as categorias de uso, no Brasil - abr./95

SEGMENTOS	MÊS A MÊS (1)	MENSAL	ACUMULADA NO ANO	ACUMULADA EM 12 MESES
Bens de capital ...	-5,1	26,4	31,4	24,4
Bens intermediários	-1,3	8,5	10,9	8,7
Bens de consumo ...	-1,4	14,6	15,4	9,0
Duráveis	-0,3	24,4	20,2	15,6
Não duráveis	-1,8	11,9	14,1	7,4
Indústria geral ...	-1,7	11,9	14,6	10,7

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.

(1) Com ajuste sazonal.

Os bens intermediários, na comparação de abr./95 com março do mesmo ano, apresentaram taxa de crescimento negativa, embora a queda seja menos acentuada do que a de bens de capital. Os produtos dessa categoria com pior desempenho em abr./95 relativamente a março foram: madeira (-1,64%) e couros e peles (-13,56%). No acumulado jan.-abr./95 em relação ao mesmo período do ano passado, entretanto, bens intermediários registrou taxas de crescimento positivas em todos os seus segmentos.

Na categoria bens de consumo, o melhor desempenho coube ao segmento bens de consumo duráveis, que, apesar de apresentar queda de produção relativamente a março, mantém expressiva *performance* em relação a abril de 1994, no acumulado de jan.-abr./95 em relação ao mesmo período do ano passado e no acumulado dos últimos 12 meses comparativamente ao acumulado dos 12 meses imediatamente anteriores.

Os setores que mais se destacaram no segmento bens duráveis foram: automóveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, que tiveram, no primeiro

quadrimestre de 1995, um bom desempenho, mesmo concorrendo com as importações de produtos similares.

Os bens de consumo não duráveis apresentaram a pior *performance* no acumulado dos últimos 12 meses e a segunda maior queda de produção na comparação de abril com mar./95. Destacaram-se negativamente nos últimos quatro meses: vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-15,3%); madeira (-14,5%); produtos de matérias plásticas (-13,2%); e têxtil (-12,00%).

O acumulado de jan.-abr./95 relativamente ao acumulado do mesmo período de 1994 dos diversos gêneros e classes está registrado na Tabela 3.

O crescimento do total da indústria nesse período (14,63%) foi o resultado de comportamentos positivos de quase todos os gêneros, exceção feita às indústrias de madeira (-1,64%) e de couros e peles (-13,56%). Com desempenho acima da média do total da indústria apontam-se os gêneros bebidas (41,81%); mobiliário (34,01%); farmacêutica (30,99%); produtos de matérias plásticas (29,56%), mecânica (27,63%); material elétrico e de comunicações (22,19%); borracha (18,46%); e material de transporte (16,13%).

O crescimento vigoroso da indústria nos nove primeiros meses do Plano Real foi possibilitado pela ociosidade existente na maioria das plantas industriais de quase todos os seus segmentos. Em abril, entretanto, alguns gêneros industriais estavam utilizando suas plantas quase que no limite — celulose, papel e papelão e borracha —, os quais operavam com 95% de sua capacidade de produção. Observa-se que a maioria das unidades industriais vem expandindo o percentual de ocupação de suas plantas na produção, o que determinou o aumento de 6% desse indicador, de jul./94 (80%) para abr./95 (86%), no total da indústria de transformação. Os gêneros que apresentaram maior ociosidade em abril foram couros e peles, operando com 71% de sua capacidade, e produtos alimentares (77%).

2 - A indústria gaúcha na segunda fase do Programa de Estabilização Econômica

Assim como ocorreu com o setor industrial brasileiro como um todo, o nível de atividade da indústria do Rio Grande do Sul também apresentou queda no mês de abr./95 em relação a março (-9,29%) (Tabela 4).

Tabela 3

Taxas de crescimento da produção industrial acumuladas no ano, por classes e gêneros de indústria, no Brasil - jan.-abr./95

	(%)		
CLASSES E GÊNEROS	JAN-FEV	JAN-MAR	JAN-ABR
Indústria geral	16,87	15,56	14,63
Extrativa mineral	6,48	6,66	6,39
Indústria de transformação .	17,78	16,30	15,31
Minerais não-metálicos ...	11,67	11,83	11,92
Metalúrgica	16,89	15,55	14,19
Mecânica	34,63	30,57	27,63
Material elétrico e de co- municações	23,36	20,88	22,19
Material de transporte ...	15,31	15,41	16,13
Madeira	-1,16	-2,29	-1,64
Mobiliário	37,95	35,67	34,01
Papel e papelão	12,20	11,11	10,84
Borracha	18,09	16,78	18,46
Couros e peles	-17,88	-10,23	-13,56
Química	14,73	12,41	10,27
Farmacêutica	27,43	26,48	30,99
Perfumes, sabões e velas .	15,74	12,14	11,98
Produtos de matérias plás- ticas	32,16	30,69	29,56
Têxtil	18,62	14,69	13,10
Vestuário, calçados e ar- tefatos de tecidos	13,13	9,99	8,87
Produtos alimentares	6,43	8,58	7,43
Bebidas	39,92	43,10	41,81
Fumo	4,80	5,13	4,50

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.

Tabela 4

Indicadores industriais do Rio Grande do Sul - jan.-abr./95

a) Índice de Desempenho Industrial

PERÍODOS	VARIAÇÃO MENSAL	VARIAÇÃO EM 12 MESES	MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR	VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO
1995				
Jan.	-4,48	8,33	14,27	14,27
Fev.	-4,51	7,64	16,19	15,20
Mar.	14,23	9,21	16,07	15,51
Abr.	-9,29	10,09	8,92	13,82

b) Composição do IDI de abr./95

SEGMENTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Compras da indústria	-19,98
Vendas da indústria	-15,29
Horas trabalhadas	-9,45
Utilização da capacidade instalada	-3,80
Pessoal ocupado	0,34
Salário médio	1,45

FONTE: FIERGS.

Segundo o Índice de Desempenho Industrial (IDI) calculado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), a contração desse indicador em abril foi puxada pela diminuição das compras (-19,98%), das vendas (-15,29%), das horas trabalhadas (-9,45%) e da utilização da capacidade instalada (-3,8%). O número de empregados, entretanto, apresentou um pequeno aumento de 0,34%, enquanto o salário médio cresceu 1,45%.

Outra constatação que se pode inferir da Tabela 4 é o comportamento semelhante da atividade industrial gaúcha com o da brasileira. Assim, a

variação mensal desse indicador (IDI) coincide com o movimento apresentado pelo INA, apontando quedas em janeiro e fevereiro, uma recuperação significativa em março e, novamente, declínio em abril.

No acumulado de janeiro a abril, o crescimento da produção industrial do Rio Grande do Sul foi bastante representativo (12,04%), embora 2,6 pontos percentuais abaixo da média nacional. A composição dessa taxa está expressa na Tabela 5.

Tabela 5

Composição do crescimento do indicador acumulado, segundo os gêneros industriais, no Rio Grande do Sul - jan.-abr./95

GÊNEROS	ÍNDICE	COMPOSIÇÃO DA TAXA (%)
Extrativa mineral	91,6	-0,03
Minerais não-metálicos	100,5	0,01
Metalúrgica	116,7	1,30
Mecânica	111,9	2,11
Material elétrico e de comunicações	119,1	0,71
Material de transporte	151,5	1,94
Madeira	103,4	0,05
Mobiliário	153,0	1,38
Celulose, papel e papelão	111,8	0,23
Borracha	127,9	0,51
Couros e peles	83,8	-0,42
Química	122,0	3,34
Perfumaria, sabões e velas	103,7	0,05
Têxtil	116,5	0,38
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	91,6	-0,97
Produtos alimentares	104,4	0,71
Bebidas	133,0	0,79
Fumo	99,5	-0,03
Indústria geral	112,0	12,04

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.

Observe-se que, nos primeiros quatro meses de 1995, cinco gêneros apresentaram taxas de crescimento negativas, se comparadas com as do mesmo período de 1994. Dentre estes, o que apresentou queda mais acentuada foi vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-0,97%).

Nesse gênero, a indústria de calçados é, sem dúvida, a mais penalizada na atual conjuntura. Essa indústria, que até o início desta década era uma das mais representativas do Estado, principal exportadora de manufaturados, a partir de 1992 começou a sofrer a concorrência dos calçados asiáticos. Posteriormente, o calçado brasileiro sofreu, ainda, a perda de espaço no mercado internacional para os produtores europeus.⁴

Com o Programa de Estabilização Econômica, a sobrevalorização do real aprofundou a crise do setor. Até março, mais de uma centena de fábricas havia fechado suas portas no Vale do Sinos, e estima-se que mais de 30.000 trabalhadores perderam seus empregos.

A um apelo conjunto dos setores calçadista gaúcho e paulista em 11 de maio último o Governo anunciou medidas que objetivavam amenizar as dificuldades da indústria calçadista, a saber: (a) aumento da alíquota de importação de calçados de 20% para 47% a 63%, dependendo do tipo de produto, passando a fazer parte da lista de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul; (b) regulamentação do acordo de salvaguardas fechado entre os países da Organização Mundial do Comércio, para proteger produtos nacionais de concorrência desleal.

A solução para esse setor, entretanto, passa pelo investimento em qualidade e produtividade. Somente com a renovação do parque industrial calçadista, poderá haver a recuperação da competitividade.

O gênero couros e peles também vem atravessando séria crise, consequência, em grande parte, da retração da produção da indústria de calçados. Fumo é outro dos gêneros que vem, há alguns meses, apresentando decréscimo de produção.

⁴ "(...) houve uma desvalorização das moedas espanhola e italiana, favorecendo a competitividade dos produtores europeus que estavam aliados do mercado" (MORAES, 1995, p.12), em função do próprio calçado brasileiro.

Química e mecânica foram os dois gêneros que mais ajudaram para o desempenho positivo da produção industrial gaúcha no primeiro quadrimestre de 1995. Para tanto, destacou-se a produção de petroquímicos e máquinas agrícolas, embora esta última indústria tenha sofrido uma forte retração em suas vendas, em razão dos problemas que enfrentou o setor agrícola.

Outros gêneros com boas *performances* nos primeiros quatro meses de 1995 foram material de transporte (1,94%), mobiliário (1,38%) e metalúrgica (1,30%).

3 - Considerações finais

O setor industrial brasileiro e o gaúcho em particular apresentaram um bom desempenho no primeiro quadrimestre de 1995, embora menos vigoroso do que o desenvolvido no último semestre de 1994.

Todavia, em consequência de medidas governamentais de restrição ao crédito e de sobrevalorização do real, ocorreu o desaquecimento da demanda, desequilibrou-se a balança comercial e, a partir de abril, observou-se uma nítida queda na produção, já desenhada de maneira tímida em janeiro e fevereiro.

No que tange ao Rio Grande do Sul, as indústrias supridoras do setor agrícola, como as produtoras de colheitadeiras e tratores (setor que apresentou problemas decorrentes de dívidas dos agricultores em função das taxas de juros elevadas), as exportadoras e as que sofreram a concorrência dos produtos asiáticos no mercado nacional, como as fabricantes de calçados e vestuário, estão atravessando um período caracterizado por excesso de oferta e restrição da demanda por seus produtos.

O setor industrial ainda não atravessa uma situação explícita de crise, pois a produção acumulada no quadrimestre, quando comparada com a do mesmo período de 1994, apresenta taxas altas, e a capacidade instalada das unidades produtivas está sendo utilizada em nível elevado. Contudo, se a política econômica adotada para administrar o Programa de Estabilização Econômica, com sobrevalorização da moeda, taxas de juros elevadas e crédito restrito, continuar por tempo prolongado, o setor industrial poderá cair em uma séria crise, cujo desfecho não é difícil de se prever.

Bibliografia

- BARELLI, Suzana (1995). Títulos protestados crescem 48,5% no Real e batem recorde de 10 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-3, 30 jun.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1995). Rio de Janeiro: FGV, v.49, n.6, p.68, jun.
- FERNANDES, Alberto, PATÚ, Gustavo (1995). Novo limite para o dolar é de R\$ 0,99. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-1, 23 jun.
- GOVERNO dá tranco no consumo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-1, 28 abr.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, abr.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional - produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, abr.
- INFORME CONJUNTURAL (1995). Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, n.106, mar.
- MORAES, Roberto Camps (1995). Ajuste do real afeta mais os gaúchos (entrevista à Clóvis Malta). **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.12, 7 maio.